

MODERNIDADE URBANA E DOMINAÇÃO DA NATUREZA: O SANEAMENTO DE PELOTAS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

*Paulo Roberto Rodrigues Soares**

RESUMO: O artigo trata dos primeiros planos de saneamento da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. Nossa intenção é analisar o papel do higienismo e dos planos de saneamento na adaptação da morfologia urbana da cidade às necessidades da sociedade capitalista e industrial. Pelotas no início do século XX era um importante centro econômico e recebeu as inovações características dos processos de modernidade social. Neste artigo, caracterizamos a evolução das idéias higiênicas na cidade, desde as primeiras iniciativas, até a realização de planos gerais de reforma e melhoramentos urbanos, que tiveram impactos significativos na morfologia urbana e na ordem socio-espacial da cidade. O artigo sinaliza que apesar do discurso higienista, muitas regras higiênicas não eram cumpridas na cidade, concluindo que o saneamento da cidade se caracterizou tanto como um instrumento de controle da ordem social, como um projeto inovador.

PALAVRAS-CHAVE: Higienismo – Urbanização – Historia urbana – Morfologia urbana – Pelotas.

Introdução¹

Recentemente, o estudo do higienismo e do saneamento das cidades tem despertado significativo interesse de cientistas sociais (historiadores, geógrafos, sociólogos, arquitetos) motivados em compreender a história social urbana. A variedade de pesquisas referentes à higiene das cidades e suas ramificações desde a vida cotidiana, até sua influência na formulação de leis, bem como a análise do discurso e das referências teórico-metodológicas dos “pensadores” e intelectuais encarregados de elaborar as políticas higiênicas, caracterizam este campo de estudo como uma fronteira a ser explorada pela abordagem multidisciplinar. Ou seja, as implicações políticas, sociais, espaciais e técnicas dos programas de reformas higiênicas, levados à cabo em cidades importantes de distintos pontos da geografia do mundo ocidental, permitem que o higienismo seja “mirado” através de diferentes prismas disciplinares, o que tem enriquecido enormemente o cabedal de conhecimentos sobre o tema. Da mesma forma que estudos empíricos, levantamentos bibliométricos e a compilação e revisão de topografias médicas permite aclarar inúmeros mitos e revisar pré-conceitos relativos à disciplina higienística.

Uma análise pormenorizada de antigos planos de saneamento e melhoramento de cidades, com todos seus detalhes estatísticos e cartográficos, se caracteriza como uma importante fonte de dados para a reconstituição “geo-histórica” do ambiente natural e construído das cidades, apresentando, portanto, especial interesse para pesquisadores sociais dedicados à análise da evolução histórica da forma urbana. Esta possibilidade emerge com maior intensidade no atual estágio da urbanização mundial, caracterizado pela “explosão da forma urbana” e pelo nascimento de “novas morfologias urbanas e metropolitanas”, coadunadas pelo ressurgimento de uma consciência política de resgate da cidade, do centro histórico e “temperada” pelo discurso da – mais que necessária – sustentabilidade social e ambiental, a única capaz de garantir o radical e democrático exercício pleno da cidadania urbana.

Estamos interessados na análise do higienismo e do saneamento das cidades com a visão de geógrafo. Isto é, os planos de saneamento e melhoramento das cidades são

* Mestre em Geografia (UNESP/Rio Claro/SP) e professor assistente de Geografia Humana no Departamento de Geociências da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutorando em Geografia Humana na Universidad de Barcelona, Espanha (Bolsista BEX-CAPES).

¹ Este artigo foi redigido com base no material pesquisado para a tese de doutorado “Morfología urbana de la ciudad de Pelotas: producción del espacio y proyecto urbano”, que estou realizando no programa de doutorado “Pensamiento geográfico y ordenación del territorio” do Departamento de Geografía Humana da Universidad de Barcelona (Espanha), com a direção de Horacio Capel.

importantes porque contextualizam uma parte significativa da memória socio-espacial das cidades. O eminente geógrafo Milton Santos afirmou que “o espaço é a acumulação desigual de tempos” (SANTOS, 1986), o que permite que nos aprofundemos na história urbana buscando desvelar todos os detalhes que consideramos de valor para explicar a cidade atual, o tempo e o espaço presentes, bem como as contradições pretéritas e contemporâneas do sistema social que os produziu. Seguimos o método da História de Henri Lefebvre (1973:160), no qual o movimento do conhecimento parte do atual para remontar ao passado e a reflexão esclarece a história a partir do presente. Neste sentido, entendemos nosso estudo como uma contribuição à “história urbanística” de Pelotas, considerando aquela como a disciplina que “afronta a história da cidade partindo da análise das intervenções urbanísticas que transformaram seu plano” (ÁLVAREZ MORA, 1991: 83) e nos apoiamos além das ferramentas de análise desenvolvidas pela geografia urbana, em caminhos apontados pelas tendências recentes da história urbana inglesa e francesa, principalmente com referência à análise do conjunto de câmbios que se produziram na emergência da cidade industrial². Como afirma o geógrafo espanhol Horacio Capel “o tempo está sempre presente na geografia”. História e geografia são “ciências-irmãs” pois “o estudo dos processos espaciais é impossível sem considerar o tempo, sem estudar as transformações e o movimento” (2001: 44).

Mudanças políticas, sociais e espaciais do final do século XIX

O quartel final do século XIX foi pródigo em transformações econômicas, sociais e tecnológicas em escala planetária. Neste período conhecido como de transição do capitalismo liberal para o capitalismo monopolista e da expansão mundial do capital produziram-se substanciais transformações na organização do território. As cidades também suportaram significativas mudanças em seu espaço interior, sobretudo aquelas que experimentaram processos dinâmicos de industrialização. Todas estas mudanças repercutiram no pensamento e na produção de idéias, e, incluso, nas idéias de organização da sociedade. Com relação ao planejamento urbano, este período é o de definição da disciplina urbanística que, por sua vez, esteve bastante influenciada tanto pelos movimentos utópicos de reforma social, como pelo pensamento higienista (CHOAY, 1992).

Na cidade de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul, o pensamento higienista foi difundido a partir das discussões sobre o saneamento da cidade, debate iniciado justamente na transição do final do século XIX e início do século XX. Inicialmente divulgado pelos discursos de técnicos municipais e políticos, tendo como base a problemática sanitária da cidade – que se industrializava e crescia em importância econômica e complexidade social –, a questão foi avançando até envolver aquele que foi o maior engenheiro sanitário brasileiro, Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, que no final da década de 1920 realizou a fase final do plano de melhoramentos e saneamento da cidade, projetando parte de sua expansão urbana posterior.

No presente artigo trataremos do saneamento da cidade de Pelotas, relacionando-o tanto com a difusão do pensamento higienista no Brasil, como com o que convencionamos chamar de implantação da modernidade urbana. Nosso texto pretende caracterizar as iniciativas realizadas no saneamento da cidade, abordando algumas questões sobre a circulação e difusão de idéias que acompanham outros movimentos de expansão planetária, como o movimento de expansão do capital. Pelotas, nos anos 1880, era o centro de uma região produtiva inserida nos fluxos internacionais de circulação de capital. A cidade estava recebendo naqueles momentos 9o ferrocarril, o telefone, a grande indústria, quase simultaneamente à expansão mundial destas inovações, enquanto que as estruturas sociais locais viviam ainda timidamente a transição de uma sociedade escravista rumo as relações sociais tipicamente capitalistas.

Este quadro de ritmos desiguais de desenvolvimento econômico e social foi possível porque a elite local, que foi caracterizada como uma aristocracia ilustrada e extravagante (*tall aristocracy*), como aponta Stephen Bell (1993), com uma base de acumulação escravista, estava atenta às modas e idéias mundiais e importou os conceitos higienistas para o sul do Rio Grande do Sul, uma sociedade urbana ainda em gestação. Trata-se, na nossa visão, de uma

² Neste sentido recomendamos a leitura de duas importantes coleções de história urbana: *The Cambridge Urban History of Britain*, organizada por Martin Daunton (Cambridge University Press, 2000), especialmente o Volume III que abarca o período 1840-1950 e a *Histoire de la France Urbaine*, dirigida por Maurice Agulhom (Paris: Éditions du Seuil, 1998), especialmente o tomo 4 (La ville de l'âge industriel – Le cycle haussmannien) escrito por M. Agulhom, F. Choay, M. Crubellier, Y. Lequin e M. Roncayolo.

singular combinação de pensamento avançado e práticas sociais atrasadas que pode tão bem caracterizar, por extensão, a sociedade brasileira em geral, como já sugeriram outras análises.

Partimos da hipótese de que nas sociedades consideradas periféricas, os processos sociais se reproduzem de maneira similar às sociedades avançadas, existindo, entretanto, diferenças quanto à sua extensão e repercussão social; quer dizer: desde a expansão internacional do capitalismo europeu, os espaços mundiais estão imbricados em um amplo movimento histórico e geográfico, que, não obstante sua força globalizante, guarda matizes demarcadas pelas estruturas locais. Na cidade de Pelotas, o processo de discussão e de implantação das infra-estruturas e leis de saneamento apresentou notáveis semelhanças com a realizada em outras cidades importantes, inclusive cidades européias³. Este fato nos indica que nas primeiras décadas do século XX, mesmo no extremo-sul do Rio Grande do Sul, era possível encontrar elementos da modernidade urbana que se implantava nos centros mundiais.

Como em outras cidades do Brasil, o progresso e o crescimento urbano acelerado praticamente obrigaram a realização de obras de maior envergadura no tecido urbano pelotense. O triunfo dos postulados positivistas de ordem e progresso com a proclamação da república foi o sinal da abertura definitiva do caminho para a penetração social das idéias higienistas. Evidentemente, a repercussão foi maior nos espaços considerados mais conflitivos e onde a vida social do país ocorria com mais intensidade e complexidade, como nos centros industriais, nas cidades portuárias e nas capitais dos estados da federação.

As “reformas urbanas” realizadas no final do XIX e nas primeiras décadas do século XX podem ser caracterizadas, por fim, como operações radicais de superação da forma urbana colonial e de produção da forma urbana capitalista nas cidades brasileiras, ou ainda como mais um exemplo de imposição autoritária da modernidade, como já havia ocorrido em outras cidades mundiais⁴. A continuação, descreveremos algumas características deste processo na cidade de Pelotas.

A cidade de Pelotas na transição dos séculos XIX e XX

O município de Pelotas em 1880 era um próspero centro de produção e exportação de charque (carne salgada), atividade iniciada na região no final do século XVIII. A cidade foi fundada pela elite terratenente e produtora na segunda década do século XIX e teve seu período de maior expansão entre os anos 1860 e 1890, quando se produziram importantes câmbios na sua morfologia urbana e nas suas estruturas econômicas e sociais. Nos referimos ao processo de diversificação industrial produzido pelo avanço tecnológico que permitiu o aproveitamento dos subprodutos da atividade produtiva principal (PESAVENTO, 1985). Dessa forma, se implantaram na cidade novas indústrias, muitas delas de capital imigrante, que atraíram população e geraram, ao mesmo tempo, novas atividades comerciais e de serviços. A estrutura territorial da região se caracterizava pela concentração do capital comercial e industrial nos núcleos centrais (as cidades de Pelotas e Rio Grande), com uma hinterlândia formada por zonas rurais que lhes forneciam matérias-primas, alimentos e força de trabalho, além de constituírem-se no mais imediato mercado consumidor. Uma estrutura como a descrita por Edward Soja (1993: 199) como típica do capitalismo do final da fase concorrencial.

O principal traço da morfologia urbana de Pelotas era o desenho de suas largas ruas, um extenso “tabuleiro de xadrez” situado na porção mais elevada de uma planície limitada ao sul, ao leste e à oeste por três importantes cursos de água. O traçado euclidiano-cartesiano de ângulos perfeitos da quadrícula que facilita a transformação da terra urbana em mercadoria, representava também um ideal de racionalidade e modernidade de uma classe social que ergueu uma cidade onde os ventos do sul sopravam com força, anunciando a proximidade com

³ Sobre a introdução das idéias higiênicas em outras formações sociais ver os trabalhos de ALCAIDE, R. ‘La introducción y el desarrollo del higienismo en España durante el siglo XIX. Precursores, continuadores y marco legal de un proyecto científico y social’. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona nº 50, 15 de octubre de 1999 (<http://www.ub.es/geocrit/sn-50.htm>) e de BONASTRA, J. ‘Higiene pública y construcción de espacio urbano en Argentina. La ciudad higiénica de La Plata’. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales* Nº 45 (28), 1 de agosto de 1999. Número extraordinario dedicado al I Coloquio Internacional de Geocrítica - Iberoamérica ante los retos del siglo XXI (Actas del Coloquio) em <http://www.ub.es/geocrit/sn-45.htm>.

⁴ Ver exemplos apresentados em ABREU, M. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Jorge Zahar Editor, 1987 (especialmente os capítulos 3 e 4) e BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

a imensidão verde do Pampa. A cidade se tornou moderna pela cultura urbana das letras e das artes que praticavam os filhos das famílias abastadas e com o sentido positivista da “ordem” na normatização autocrática do espaço urbano de uma das poucas cidades gaúchas que, não por acaso – na representação espacial do princípio liberal-revolucionário da separação entre a Igreja e o Estado – manteve no seu plano urbano a Matriz (sede do “poder divino”) afastada da “plaza” central (sede do poder secular). No cotidiano da cidade na época, podemos encontrar várias manifestações do que Roncayolo (1990: 73) chama de “cultura urbana”, na qual estariam interligados ambiente, modo de vida e comportamentos.

Todavia, Pelotas era também uma cidade de modernidade aparente e incompleta, onde o sustento e o fausto da frondosa arquitetura dos palacetes e dos teatros era a crueldade e a desumanidade da escravidão das charqueadas. Na cidade os pobres estavam segregados nas várzeas, nas baixadas e nos subúrbios. Cabeça “na Europa”, mãos na chibata: assim viviam os baronetes pelotenses. A modernidade aparente chegou ao início do século XX com as obras do porto, a chegada do telefone, os bondes, as caixas d’água e os chafarizes importados da França e as reformas dos jardins e praças do centro da cidade.

A história do saneamento da cidade pode ser contada também como a história da dominação da natureza pela sociedade, com sucessivas intervenções no sítio urbano, aniquilando as barreiras para sua expansão e, principalmente, para a correção do terreno da área central. O clima extremamente úmido durante todo ano (sobretudo no inverno) e a abundância de águas circundantes engendraram uma série de ações contra as águas paradas, vistas então como a causa principal das enfermidades por serem as fontes dos *miasmas*. Outra questão importante era a dos resíduos gerados pelas matanças de gado nas charqueadas (sangue, graxas, ossos, vísceras) que atraíam insetos, ratos e urubús e provocavam odores insuportáveis durante o verão.

O saneamento da cidade de Pelotas

A questão do saneamento de Pelotas ganhou importância a partir da epidemia do cólera morbo ocorrida em 1855. O flagelo iniciou-se pelas charqueadas, onde as condições de higiene dos escravos eram mínimas e rapidamente propagou-se para a cidade (então com cerca de 7.000 habitantes) através dos cursos d’água. A consequência principal desta epidemia foi a construção do novo cemitério distante do centro, que, combinada com um maior controle da origem dos alimentos consumidos, com a centralização das matanças e do abastecimento em equipamentos públicos (Matadouro e Mercado), constituíram o que podemos denominar os “antecedentes higiênicos” na cidade.

Sem embargo, conjuntamente com o saneamento físico, temos que nos referir ao que Capel e Tatjer (1991: 233-246) consideraram como o “*saneamento social*” da cidade. Entre estas operações podemos citar primeiramente a construção do Parque Souza Soares (1883), que foi o principal ponto de recreio e ócio da população pelotense. Estava situado numa área particular, porém era permitido o livre acesso ao público “sem distinção de classes”. O Parque Pelotense, como também foi chamado, enquanto lugar de reunião da população da cidade cumpriu diversas funções, sobretudo sociais: permitia à burguesia local transmitir uma boa imagem e seu desejo de integração de todas as classes e também constituía-se num fator de controle social, pois a população trabalhadora era “educada” através dos hábitos “higiênicos e polidos” dos mais ricos.

Outras iniciativas de saneamento social têm a ver com a assistência dispensada aos grupos sociais considerados vulneráveis às vicissitudes da sociedade capitalista, ou mais permeáveis à comportamentos sociais considerados indesejáveis. A modo de exemplo temos a construção de hospitais (Santa Casa, Beneficência Portuguesa) e asilos (para mendigos, pobres e órfãos), a ação das “Damas de Caridade” (que ajudavam as mães pobres nos bairros e vilas marginais) e a introdução do culto aos desportos com a função quase explícita de controle social.

O período que nos situamos é o da efetiva industrialização da cidade. Implantaram-se fábricas que atraíram população ao centro urbano. Ao mesmo tempo, a abolição da escravidão e o progresso técnico do charqueio liberaram a força de trabalho que vivia nas estâncias e charqueadas. É neste momento que se estabelecem ou ampliam suas instalações a Fábrica Lang de sabões e velas (fundada em 1865), o Engenho de Arroz do Coronel Pedro Osório, a Fábrica Rheingantz (de chapéus), as cervejarias Haertel e Ritter (décadas de 1880 e 1890,

respectivamente) e a fábrica Fiação e Tecidos Pelotense (construída entre 1908 e 1910) que começou suas atividades com 208 empregados e chegou a 600 operários em poucos anos (OSÓRIO, 1922). Estas eram as principais indústrias da cidade, às quais devemos adicionar as charqueadas que resistiam, os frigoríficos que começavam a ser implantados e outro grande número de empresas menores que formavam parte da estrutura de um dos mais importantes centros industriais do estado.

Tal transformação impôs uma nova matriz social e a racionalidade industrial aplicou-se à toda a sociedade e ao espaço. Contudo, a disciplina da fábrica era distinta à ditada aos escravos no campo. A vida na fábrica impunha um novo modo de vida, no qual os ritmos do cotidiano se diferenciavam cada vez mais dos ritmos determinados pela natureza, que caracterizavam a vida rural anterior das pessoas que desde então habitavam no espaço urbano. Não obstante a disciplina da força de trabalho, a elite local já tinha consciência dos conflitos sociais gerados pela concentração do proletariado industrial em espaços determinados da cidade. Desta forma podemos notar que a ação do poder público com relação à higiene, além da função de defender a salubridade da população, dirigia-se, sobretudo, à manter a estabilidade social.

O desenvolvimento das regras higiênicas na cidade

Foi neste contexto que avançou no século XX a questão do higienismo na cidade de Pelotas. Em 1910 todo o município contava com 62 mil habitantes e a urbe mais de 36 mil habitantes. O crescimento urbano impulsionou as discussões sobre o saneamento da cidade, dando ênfase na questão dos arroios que cruzavam o casco urbano e no traçado quadriculado da cidade, que dificultava a “circulação e purificação do ar”. A questão da habitação da população proletária e a necessidade de dotar a cidade de instrumentos mais eficientes e eficazes de controle das condições de salubridade da sua população também podem ser observadas em jornais e relatórios da intendência municipal.

O Conselho Municipal (durante uma época o órgão administrativo do município) começou a atuar mais significativamente na questão higiênica da cidade no final dos anos 1870⁵. Em 1878 foram aprovados os artigos das posturas municipais que proibiam verter matérias fecais e águas residuais nas ruas, praças e pátios, ou em lugares não designados para tal fim. Outro marco importante da atuação higienista na cidade foi a instituição de inspeções das condições de salubridade das casas. Em janeiro de 1881 começaram a ocorrer as chamadas *visitas higiênicas* à domicílios particulares e casas de negócios. Tal medida levou ao jornal *Correio Mercantil* a anunciar o fato – que era “quase secreto” – para que todos os cidadãos “mantivessem suas casas, pátios e quintais no melhor asseio possível, a fim de evitar as multas” (*Correio Mercantil*, 9/01/1881)⁶. Como se pode observar, a adoção da higiene como norma de conduta urbana não se realizou sem a oposição de importantes setores sociais. Neste mesmo ano os vereadores vetaram a construção de “corredores de casas” na área central da cidade, situação que foi ampliada em 1882, com a adoção de um padrão de edificação apresentado pelo engenheiro municipal, que especificava a altura dos edifícios, assim como a altura e a largura de portas e janelas no centro e na zona do porto⁷.

O *Código de Posturas* de 1885 determinava uma série de regras de urbanidade que deveriam ser seguidas pelos habitantes da cidade. Entre estas destacamos a obrigação da construção de calçadas no centro urbano e as que regulamentavam o transporte de leite, bem como as que introduziram a proibição de manter animais domésticos abandonados nas ruas. Neste período começa o controle da mortalidade no município por parte do governo municipal. Todas estatísticas de mortalidade (idade dos mortos, causas dos falecimentos) passaram a ser registradas e controladas.

5 Uma análise da cidade neste período está em GUTIERREZ, E. *Barro e Sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Porto Alegre: PUC-RS, 1999 (Doutorado em História do Brasil).

6 A frase encontra-se no jornal *Correio Mercantil*, um dos mais importantes da cidade na época. Foi publicada no dia 9 de Janeiro de 1881. In *Pelotas Memória*, fascículo VII, 1991.

7 Conforme os regulamentos aprovados pela Câmara Municipal de Pelotas, registrados no Livro de actas da Câmara Municipal de Pelotas. 12 de Janeiro de 1878, 19 de Fevereiro de 1881 e 25 de Abril de 1882. Museu da Biblioteca Pública Pelotense.

Já no século XX, em 1913, a cidade recebeu um amplo “Regulamento Sanitário” que foi ampliado em 1915 pelo novo Código de Construções e Reconstruções, outorgado por ocasião da instalação da rede de esgotos da cidade. O regulamento ditava as regras e obrigava as construções higiênicas em toda a área do centro urbano, determinando que as casas situadas dentro do perímetro de esgotos estabelecessem canalizações internas para conexão com a rede geral. Também foram proibidas as plantas de conjuntos de casas (“corredores” ou “tiras de casas”), obrigando a cada habitação à dispor de uma planta.

O código estabeleceu ainda rígidas penalizações pela má execução dos serviços domiciliares de instalações sanitárias, pela manutenção de ligações clandestinas e a derivação de águas pluviais e outros líquidos para o esgoto sanitário. Os grupos de casas e as vilas operárias deveriam ter coletores gerais que receberiam o material dos coletores privados. Os mesmos ficavam obrigados a ter os aparelhos sanitários (banheiros, privadas, tanques) disponíveis para cada família, o que era de difícil fiscalização, dados os problemas já existentes. Todavia, a simples existência de uma legislação detalhada, à exemplo de outras cidades maiores, já indica a intenção de implantar a modernidade urbana na cidade também pela via saneamento.

O Código de Construções e Reconstruções manifestava a necessidade de regulamentação da produção da cidade, num momento de notável incremento populacional e o conseqüente aumento da edificação, que densificava a aglomeração em torno da área central. O número de novas construções passou de 81 em 1911 a 190 em 1912 e a 291 em 1913. A conjuntura exigia um código rígido para satisfazer “os altos interesses da higiene e da segurança” uma vez que segundo o intendente municipal “a legislação vigente [carecia] de disposições especiais que [dotassem] as habitações de conforto, higiene e segurança” (REGULAMENTO SANITÁRIO, 1913).

O poder público municipal combatia a mortalidade com medidas de saneamento e campanhas de vacinação. As vacinas eram importadas dos principais institutos de higiene do Brasil: o Oswaldo Cruz e o Instituto Vacinogênico de São Paulo (Instituto Butantan). Entretanto, a mortalidade na cidade mostrava-se elevada, mantendo-se numa média de 1.500 pessoas por ano. A diminuição foi mais significativa a partir do funcionamento pleno da rede de esgotos na área central (1915), mas a queda foi interrompida com a epidemia de gripe espanhola (1918).

Neste último ano foi criado o Instituto Municipal de Higiene, o primeiro do Rio Grande do Sul e da região sul do Brasil. Entre suas funções estava o controle de enfermidades, realizando exames clínicos e organizando campanhas de vacinação, assim como a própria produção de vacinas. Dividia-se nas seções de microbiologia, anti-varíola, de répteis venenosos, anti-rábica e veterinária. Seus principais quadros técnicos realizavam cursos de aperfeiçoamento nos Estados Unidos e França (no Instituto Pasteur). Estava relacionado com os dois principais institutos de higiene do Brasil, de onde provinham os técnicos. Era uma instituição dedicada à investigação e através da figura de Octavio Magalhães produziu uma série de monografias sobre o estado das enfermidades infecciosas na cidade e regulamentos, como o de gêneros alimentícios, o de assistência pública, o da policia sanitária e o de higiene das habitações. Podemos afirmar que o Instituto foi o principal formulador da política de higiene na cidade, assim como o principal divulgador das idéias higienistas.

A construção do Pavilhão de Tuberculosos da Santa Casa (1921), foi realizada pela prefeitura como consequência de uma instrução do Instituto de Higiene. Quanto à higiene sanitária, seus funcionários atuavam na melhoria das condições de moradia da classe trabalhadora da cidade, combatendo a existência de edifícios em péssimo estado de conservação, as habitações coletivas e casas de madeira, sobretudo no interior da área de esgoto, que deveria, em hipótese, ser a porção “sadia” da cidade. Esta política pode também ser encarada como uma forma de intervenção do poder público sobre os espaços privados, principalmente sobre os lares operários, que desta maneira sofriam com a ausência de uma política governamental de moradia e se submetiam à voracidade lucrativa de proprietários e especuladores imobiliários.

Em setembro de 1918 o intendente Cypriano Barcellos recomendava em seu relatório apresentado ao Conselho Municipal “o cuidadoso saneamento dos centros populosos pelo estabelecimento de perfeitos serviços de água e esgoto e pela execução de um plano de construção de moradias higiênicas com acesso a vias públicas amplas e cheias de ar, luz e sol” (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA, 1918).

Entretanto, neste mesmo ano se produziu um duro golpe nas condições de saúde dos moradores da cidade: a gripe espanhola, que afetou à dois terços da população da cidade. No mês de novembro as fábricas, oficinas e construções ficaram paralisadas. Cines e casas de diversão cerraram suas portas. Clubes, casas de jogo, pensões de artistas e prostíbulos perderam sua clientela habitual. Aparte de farmácias e casas funerárias, os únicos pontos com movimento na cidade eram o Mercado Público e a prefeitura (de onde se anunciava o número de mortes do dia). É o que podemos notar nesta descrição da vida cotidiana da cidade naqueles dias:

com quase todas as casas de comércio fechadas, as portas das casas de família eram o reflexo do sobressalto, do pavor que ia pelo ânimo dos vizinhos, pois havendo em todos os lares enfermos que inspiravam cuidados, era de apreensão contínua a atmosfera que se respirava, pois ninguém podia julgar-se seguro ou contar com imunidade (ALMANACH DE PELOTAS, 1927)

A cidade necessitava de ações mais eficazes com relação a seu saneamento e higiene.

O saneamento físico da cidade

Em 1927 Francisco Saturnino de Brito afirmou que “foi Pelotas a primeira cidade do Rio Grande do Sul que construiu serviços completos e satisfatórios de abastecimento de água e esgoto” (BRITO, 1944, VOL XIII: 24).

Sem embargo, os projetos para dotar a cidade de uma moderna rede de esgotos são bem anteriores. Em 1887 o Engenheiro Civil da Escola de Pontes e Caminhos de Paris, Gregório Hoywan, apresentou o primeiro *Plano de Saneamento da Cidade de Pelotas* ao Conselho Municipal. Sua exposição de motivos indicava que o problema consistia em fazer desaparecer “as consequências nocivas da aglomeração de um considerável número de indivíduos em um mesmo ponto do território”, e que isto se conseguia com o combate das causas das moléstias: os *miasmas* das regiones palustres. O objetivo principal de seu plano era a ausência completa dos *miasmas* ou olores desagradáveis e prejudiciais, com a remoção das matérias fecais, impedindo sua acumulação. O projeto inicial de Hoywan foi modificado em 1901 pelo engenheiro municipal Alfredo Lisboa, que realizou alterações de ordem técnica e econômica, projetando definitivamente os serviços de água e esgoto, adotando um sistema distinto do preconizado em 1887, sendo aprovado o sistema de “separador absoluto” (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA, 1922: 29).

A rede de esgoto iniciou seu funcionamento em setembro de 1914. A extensão total da rede de coletores era de 41,7 quilômetros. No total, as canalizações perfaziam 51,1 quilômetros. O esgoto atendia a área central, representada pelas ruas do núcleo inicial e dos primeiros loteamentos da cidade. Era a área com maior densidade de ocupação. O número de edifícios conectados à rede de esgoto era de 4.738 e o projeto contemplava ainda áreas de expansão para o Porto e a várzea do Arroio Santa Bárbara. O lançamento dos resíduos era realizado *in natura* no Canal de São Gonçalo, através de dois emissários: um próximo do porto, e o segundo, na desembocadura do arroio Santa Bárbara.

A prefeitura promoveu também a construção de banheiros públicos nos pontos de maior concentração da cidade (as praças, o mercado central e o porto). Contudo, num exemplo de que as políticas de saneamento estavam voltadas para a área de residência da elite da cidade, as edificações fora da zona da rede de esgotos continuavam sendo atendidas pelo arcaico e “anti-higiênico” sistema de coleta dos materiais fecais através de cubos, realizado pelo Serviço Municipal de Asseio Público.

Quanto ao abastecimento de água potável para a população, o reservatório principal situava-se no centro da cidade. Tratava-se de um grande reservatório de ferro, trazido da França em 1871, com capacidade de armazenar a água consumida em dez dias pela população da cidade.

A rede de escoamento das águas pluviais foi projetada em 1910 pelo mesmo engenheiro Alfredo Lisboa, embora o projeto não tenha sido realizado dado seu custo elevado. Assim, o plano de uma rede específica para as águas pluviais foi substituído por planos de regularização e saneamento dos arroios Pepino e Santa Bárbara “desaguadouros naturais das águas das chuvas para o canal de São Gonçalo” (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA, 1922: 86).

Assim, em 1915 foi realizada a retificação e canalização do baixo curso do arroio Pepino, com a construção de uma avenida marginal ao mesmo. Simultaneamente, o plano realizou a drenagem da zona baixa da cidade (a do bairro da Várzea) que por estar no mesmo nível do canal de São Gonçalo estava “sempre inundada” e era considerada “um foco permanente de proliferação de mosquitos”.

A expansão do esgoto se produziu primeiramente rumo ao Norte (bairro da Luz) e à Leste (a Várzea), numa área total de 196 hectares. A transformação do atracadouro num moderno porto implicou a terraplenagem dos pântanos do extremo-sul da área urbana junto à foz do arroio Santa Bárbara, adicionando ao sítio urbano 22,5 hectares de terras passíveis de serem ocupadas. Desta maneira, as obras que visavam ao saneamento também serviam para a produção de solo urbanizável na cidade, o que era plenamente aceito pelos proprietários de terras e construtores, pois nos encontramos num momento em que o próprio espaço urbano tornava-se um vetor a mais de acumulação para o capital. A prefeitura admitia a situação afirmando que facilitando a extensão da cidade “cooperava materialmente para a valorização de terrenos limítrofes” às novas áreas (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA, 1922: 05).

As idéias higienistas na cidade

Através dos técnicos da seção de higiene do município, as idéias higienistas tiveram ampla difusão na cidade de Pelotas. Como exemplo, podemos nos referir à “comemoração cívica” em homenagem à Oswaldo Cruz, realizada em 1916. No discurso do engenheiro-chefe da Diretoria de Higiene, podemos ler com clareza a influência do pensamento médico na descrição da cidade. Uma influência ainda comum nos tratados urbanísticos da época, embora com o passar dos anos notou-se a paulatina conquista de hegemonia da corporação dos engenheiros (e, posteriormente dos arquitetos) no tratamento das questões urbanísticas. Dizia assim Octacílio Pereira, após enumerar os feitos da sua diretoria:

Desta forma Pelotas vai sendo saneada, vitalizada, recebendo pela rede hidráulica, que é o sistema arterial das cidades, o sangue puro e vivificante para distribuir-lo por todas as partes para os diferentes menesteres domésticos e industriais e expelindo pela rede de esgotos, que é o sistema venoso das cidades, o sangue viciado e impuro e que não serve à vida das populações e deve ser arrojado para longe (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA, 1916: 10-11).

Uma das ações de maior controle social levadas à cabo era a imposição da desinfecção das casas (inclusive das roupas e utensílios domésticos) nas quais produziam-se óbitos por enfermidades contagiosas. A intervenção, dado seu custo e impopularidade, foi sendo paulatinamente abolida, permanecendo, todavia, a obrigatoriedade de notificação ao serviço de higiene e a sua realização como serviço particular. A notificação de doenças era rigidamente fiscalizada pela Polícia Administrativa, “autoridade higiênica” da cidade, que possuía a prerrogativa de entrar nas casas consideradas “focos de insalubridade”. Evidentemente que tratava de fiscalizar as moradias da população mais pobre, o que tornava a questão do saneamento essencialmente uma questão de polícia e repressão social.

A estrutura higiênica do município contava com o Gabinete de Identificação e a Polícia Administrativa que eram, em suma, os responsáveis do controle e a manutenção da ordem social. Os mesmos órgãos realizavam o registro permanente das detenções na cidade, classificando o tipo (desordens, vadiagem, embriaguês, assaltos, roubos) e as características dos infratores (cor da pele, idade, sexo, nacionalidade). Seu efetivo era de 145 guardas para uma população de 40 mil habitantes. As estatísticas eram publicadas anualmente nos relatórios da intendência. O controle e a vigilância da chegada de pessoas na cidade pela estação de trens e no porto também era uma atribuição desses órgãos. No caso de ser detectada alguma doença (ou suspeita de enfermidade), o migrante era recolhido à Enfermaria de Isolamento do Instituto de Higiene até ser constatada sua cura. Ao fim e ao cabo era a polícia sanitária a que deveria prevenir e corrigir a falta de higiene em toda cidade, evitando a manifestação e a propagação de doenças transmissíveis (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA, 1922).

O comércio de gêneros alimentícios (principalmente leite e carne) era controlado pela Diretoria de Higiene, através de seções específicas. A mesma controlava as matanças no

matadouro municipal com análises realizadas pela faculdade de veterinária e com a atividade do posto zootécnico que controlava a entrada de animais nos rebanhos do município. O forno de incinerações cremava os animais vadios e diagnosticados como doentes, bem como o lixo produzido na cidade (cerca de 19 toneladas por dia). Por fim, o *Boletim Demográfico e Sanitário* publicava mensalmente todas as estatísticas de saúde e higiene produzidas no município.

Na década de 1920, a municipalidade, utilizando-se do Código de Construções dizia favorecer os trabalhadores e operários a ter uma vida com “todas as condições higiênicas”. Competiria à intendência e à própria legislação instituída na cidade “pôr termo às construções antigas” que “traziam a infelicidade aos lares em vez de serem abrigos para a organização de famílias sadias”. Para atingir este objetivo, o poder público municipal esforçou-se em “promover a moradia salubre” permitindo a construção de “casas baratas regulamentadas”, beneficiando a cidade desde o ponto de vista “higiênico, social e arquitetônico”. À modo de exemplo do tipo de casa e a localização “desejável” para a classe operária pelotense, projetou-se um conjunto habitacional ideal para as famílias de trabalhadores. O município construiu uma “Vila Operária” modelo no distante subúrbio do Capão do Leão: “um bairro higiênico de aspecto agradável, com banheiros públicos, escola e serviços essenciais” (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA, 1924: 20). É evidente que a prevenção de situações de subversão social estava subjacente nesta política de construção de casas para os operários.

A questão da moradia foi principal ação higiênica e social do prefeito Pedro Osório. Ao mesmo tempo que promoveu a moradia saudável incentivou a organização de sociedade construtoras de moradias por particulares e eximou de impostos municipais as indústrias que promovessem moradias para seus trabalhadores. É destacável a afirmação do prefeito da época que: “os regulamentos de higiene colocados em marcha [em Pelotas] estão induzindo a população a práticas de verdadeiras regras de “eugenesia” (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA, 1923: 21).

A questão das águas: a problemática relação sociedade-natureza

Não obstante à aplicação da legislação higiênica persistiam os problemas de salubridade na cidade. Como se pode observar nas discussões da época, nem todos os regulamentos ditados foram aceitos pela população. Dos pontos-chave da legislação, as questões das águas e de moradia eram as mais descuidadas.

No informe de 1916, o engenheiro-chefe solicitou “castigo severo” para os que contaminavam as águas do Arroio Santa Bárbara, todos identificados pela Diretoria de Higiene, e entre os quais encontramos treze fábricas (seis curtumes), o Matadouro Público e “dezenas de casas e cortiços”, o que confirma que enquanto a ideologia oficial defendia os preceitos higiênicos, os interesses econômicos de uma parcela da elite da cidade se sobrepunham ao discurso científico.

Foi uma reação dos técnicos contra “o miserável estado sanitário do Arroio Santa Bárbara”, considerado como uma “verdadeira cloaca suja de toda sorte de despejos de casas particulares e de fábricas”. A legislação higiênica pouco estava sendo cumprida na cidade. A Diretoria de Higiene alertava que “tal situação se fosse mantida se converteria cada vez mais em uma severa ameaça a saúde pública”, pois o arroio já estava perdendo “o volume de águas que incrementava sua descarga e aumentava sua velocidade” (RELATÓRIO DA DIRETORIA DE HIGIENE, 1916).

Os recipientes administrados pela Secção de Asseio da prefeitura não eram utilizados pela população que estabelecia suas latrinas diretamente nas margens do arroio. O informe do Serviço de Higiene reagiu com severidade a tal fato afirmando que

as águas contaminadas e podres do Arroio Santa Bárbara levaram resíduos em decomposição e as substâncias fétidas ficaram depositadas no leito do arroio e expelem odores insuportáveis que afetarão o ambiente, expulsando miasmas e contribuindo para estabelecer um estado higiênico intolerável em seu entorno. (RELATÓRIO DA DIRETORIA DE HIGIENE, 1916).

O Relatório da Intendência de 1922 também se referia à questão das águas afirmando que “Pelotas não pode permanecer com um lençol tão extenso de águas paradas ou terrenos encharcados em suas cercanias durante boa parte do ano”. A prefeitura atuava melhorando as condições dos arroios, prolongando avenidas e construindo novos canais para a drenagem das águas. Justificava sua ação pelo crescimento da população e pela necessidade de “atender por sua segurança, comodidade de circulação e por exigências da higiene pública” (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA, 1922: 4-5).

Entretanto, construir uma extensa rede de esgoto supunha também a higiene geral das casas, produzida por reformas nas mesmas, assim como por obras para a conexão com a rede principal, o que não era realizado por boa parte dos proprietários.

Meio decênio depois, a situação continuava sendo preocupante. Em seu relatório do *Saneamento de Pelotas* realizado em 1927, o engenheiro Saturnino de Brito solicitou a imediata regulamentação da servidão ou utilização do Santa Bárbara, que se impunha para sanear o arroio e evitar consequências mais graves. A solução final, segundo o informe, somente se daria com a canalização total do curso d'água e a drenagem dos “terrenos inúteis” de sua “planície”, que se fariam valiosos e utilizáveis comercialmente pela municipalidade (BRITO, 1927: 83).

Os problemas de salubridade que persistiam na cidade segundo Saturnino de Brito, se produziam pelas obras de saneamento necessárias que ficaram incompletas ou que não acompanharam o ritmo acelerado de crescimento da população. Baseado em um informe publicado no jornal *Diário Popular* em 1925 pelo prefeito Augusto Simões Lopes, se identificavam os problemas sanitários que ainda geravam situações de insalubridade, como a falta de esgoto sanitário em parte significativa do núcleo urbano, a falta de saneamento das águas da chuva ou paradas e a presença de indústrias (matadouros, curtumes) que lançavam seus resíduos diretamente nos curso de água. Para combater estes problemas era necessário reforçar as medidas de policia sanitária e a realização de obras de expansão da rede de esgoto e de água potável, o tratamento dos materiais fecais e seu lançamento em um ponto mais distante da cidade assim como a total limpeza e drenagem dos pântanos (BRITO, 1927: 29-30).

Sua maior preocupação estava relacionada com a situação do Arroio Santa Bárbara, dado seu avançado estado de contaminação. Saturnino de Brito queixava-se de que a cidade crescia de costas ao arroio transformando o mesmo em uma verdadeira “cloaca urbana”. Como solução propunha a interrupção imediata da contaminação e a reserva de uma área de vinte metros de largura entre o leito e as construções, incluindo as avenidas marginais que deveriam ser construídas. As propostas de Saturnino não foram realizadas e a questão do Santa Bárbara só seria “solucionada” muitos anos depois.

Duas obras destacam em especial o legado de Saturnino de Brito para o saneamento da cidade. Primeiro a planificação e execução de um amplo sistema de abastecimento de águas para toda a urbe, com a construção de novos depósitos nos extremos sul e norte da área urbana (as áreas de expansão da cidade naquele momento); depois, a construção do canaleta nas ruas Marechal Deodoro e Argolo, que solucionou o problema das cheias que afetavam à parte das ruas centrais da cidade.

Anteriormente o município havia solicitado a realização de um amplo projeto de expansão urbana ao arquiteto Fernando Rullman que realizou o “Plano Geral de Pelotas” e o “Esboço do Projeto de Ampliação de Pelotas” (publicados no Relatório da Intendência de 1924), nos quais combinava o desenho de uma cidade rigidamente funcional e fortemente segregada socialmente com o discurso higiênico e culturalista. Rullman propôs a divisão da cidade em grandes zonas segregadas segundo a classe social: a de moradia dos operários, a de moradia burguesa e a cidade-jardim. Ao mesmo tempo, mantinha as idéias higienistas e propunha a modernização da forma urbana dizendo que já era “tempo de ir remediando os inconvenientes das quadras antigas, destruindo não somente os imóveis insalubres, como também saneando e embelezando as antigas zonas” (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA, 1924: 59).

Para o assentamento da elite se projetou a “cidade-jardim”, situada no setor de expansão norte, demarcando uma clara segregação espacial em relação à indústria e ao proletariado, que se situavam no setor sul, junto ao porto. Rullmann projetou um bairro

organizado com ruas sinuosas, no qual as edificações deveriam estar distanciadas e isoladas do alinhamento das vias pelos jardins. A idéia era dar ao conjunto o aspecto de “uma grande praça edificada com o máximo de estética e conforto” (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA, 1922: 54).

A cidade-jardim, idealizada por Ebenezer Howard, no livro *Garden Cities of tomorrow* (1898) converteu-se numa concepção de moda no urbanismo das primeiras décadas do século XX. Segundo Aldo Rossi, representa um dos “modelos fundamentais do urbanismo” (ROSSI, 1998: 107). Significava, além disso, uma alternativa ao caos urbano das grandes urbes e um retorno das teses utópicas do “pré-urbanismo culturalista” que pretendia reestabelecer a unidade orgânica da cidade, perdida pela “violência” do processo de industrialização (CHOAY, 1992: 21). O modelo de Howard foi difundido e vulgarizado (para não dizer corrompido) em uma série de alternativas com menor ambição. Entre estas, as formulações de Raimond Unwin (*Nothing gained by overcrowding!*, 1912)⁸, nas quais se destacava a necessidade de manter uma distância mínima entre casas e de garantir a receita “uma casa, um jardim”. Suas idéias foram apresentadas no “relatório para a comissão de moradia” inglesa em 1918, no qual Unwin apontava a facilidade de construção no extra-radio da cidade, onde o solo mais barato permitia o planejamento das etapas de construção⁹. O modelo de bairro jardim proposto por Unwin, foi, sem dúvida, a forma mais célebre de difusão (algo semelhante a uma “vulgata”) das idéias de Howard. Que estes preceitos chegassem à longínqua Pelotas dos anos 1920 representa no mínimo uma vontade das elites locais de se aproximarem do discurso de modernidade que se implantava mundialmente.

Segundo o novo plano, as formas de crescimento praticadas na cidade de Pelotas até então deveriam ser evitadas, por serem consideradas um “método natural de crescimento” no qual as edificações se construíam “ao azar, dispersando a população e encarecendo, pelas distâncias, os serviços públicos”. A administração municipal considerava que por mais pequena que fosse uma cidade, deveria possuir um conjunto de disposições que detalhassem seu plano geral. Igualmente se impunha a concepção de um estudo semelhante para “promover a salubridade” e “o desenvolvimento racional da cidade, em harmonia com o progresso e o gosto modernos” (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA, 1922: 47).

Em carta ao intendente Pedro Osório, o arquiteto Fernando Rullmann citou a famosa frase de *Aristóteles* “a felicidade de um povo se mede pela beleza de suas cidades”, adicionando que a morfologia urbana de Pelotas revelava “a elevação [moral e intelectual da cidade] e o progresso de seus habitantes”, apesar de descrever alguns problemas urbanos e apontar as melhoras que o centro urbano necessitava.

Finalmente, o arquiteto introduzia um novo desenho para a cidade, com a hierarquização espacial e a adoção do “zoning” para os serviços: administrativos no centro da cidade; os serviços públicos especializados distribuídos segundo as necessidades, e as atividades consideradas molestas à saúde da população (hospitais, matadouros, cemitérios e outras) isoladas do “corpo saudável” da cidade, na periferia urbana.

Coincidência histórica ou prova da difusão dos modelos urbanísticos, em 1927 o governo da capital federal (Rio de Janeiro), contratou o urbanista francês Alfred Agache, então secretário geral da Sociedade Francesa de Urbanistas, para a realização da “mais importante tentativa das classes dominantes de controlar a forma urbana carioca” (ABREU, 1987: 86). O *Plano Agache* como ficou conhecido o plano de reformas da cidade elaborado entre 1927 e 1930, dividia a área urbana carioca em “áreas funcionais”, como o “bairro das embaixadas”, o centro de negócios, o centro administrativo e o centro monumental. Para os bairros residenciais, a hierarquia proposta era a que definia a “cidade-jardim dos desportos”, bairros “burgueses de classe média”, bairro dos funcionários públicos e os bairros operários, estes, evidentemente, localizados nos subúrbios (ABREU, 1987: 87). Neste sentido, as propostas de planejamento urbano implementadas em Pelotas, precediam em alguns anos às idealizadas para a própria capital da república¹⁰.

8 “Não se ganha nada amontoando as pessoas”

9 Uma excelente história do urbanismo pode ser encontrada em Peter Hall, *Ciudades del mañana (historia del urbanismo en el siglo XX)*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1996 (Colección Estrella Polar, dirección de Horacio Capel). Sobre a cidade-jardim ver especialmente o capítulo IV (“La ciudad en el jardín”), pp. 97-146.

¹⁰ A alusão se torna mais interessante de anotamos que Alfred Agache visitou Pelotas no dia 9 de novembro de 1928, ocasião na qual visitou praças e jardins da cidade. Um fato pitoresco é que ao percorrer a então Avenida 20 de

O projeto de Rullman foi adotado parcialmente em alguns bairros novos da cidade, nos quais se realizou um traçado semelhante ao esboçado no plano. Entretanto, as infra-estruturas que deveriam acompanhar o novo desenho urbano não foram construídas, com o qual as contradições entre a área central e o periurbano foram se aprofundando.

Para o *Projeto de Saneamento de Pelotas* (1926-1928), o engenheiro Saturnino de Brito desenhou um plano de expansão urbana (o “Anteprojeto de extensão da cidade”), menos ambicioso (ou mais realista) que o de Rullman, pois somente projetou algumas ampliações na trama urbana já existente. Neste projeto solicitou a mudança no desenho do traçado das ruas, abandonando-se a monotonia do “tabuleiro de xadrez” em favor da adoção das curvas. Para os bairros onde não fosse possível o novo traçado, propunha a construção de *ruas sanitárias* ou de pequenos parques no interior das quadras pouco ocupadas, uma solução proposta em 1865 por Ildefonso Cerdá para o plano do “Ensanche” de Barcelona. Para as quadras centrais propunha a subdivisão das mesmas com a construção das ruas sanitárias, que facilitaram a circulação do ar e, conseqüentemente, a higiene do ambiente. Além disso, planteou a construção de grandes vias de circulação e o desenho de avenidas marginais aos arroios, que desta forma estariam separados das casas e não contaminados, o que permitiria seu saneamento (BRITO, 1927: 26).

Para compreender as idéias que o engenheiro formulava para Pelotas é necessário analisar os conceitos apresentados na obra *Traçado sanitário das cidades*, um verdadeiro e completo manual da arte e da ciência de planejar cidades. No texto, publicado inicialmente pela *Association des Techniciens Municipaux des pays de langue française*, Saturnino de Brito estipula todos os procedimentos necessários para o planejamento de uma cidade bela e higiênica (“a prática do *Town Planning* ou Urbanismo”), desde os trabalhos preparatórios, objetivos e questões fundamentais à tratar, até a definição do traçado e a realização do plano de extensão, tarefa que deveria, na opinião de Brito, ser levada à cabo por técnicos especializados independentes do governo local (condição que advogava a ele mesmo), reduzindo a participação dos engenheiros municipais nos estudos (BRITO, 1916). Como essa medida, o técnico pretendia manter a equipe de planejadora o mais afastado possível dos agentes locais (proprietários, promotores, construtores), que na sua visão corrompiam o processo de planejamento, uma vez que inseriam seus interesses particulares nas propostas apresentadas.

O fato de que poucos anos depois do “Plano Geral” a prefeitura solicitasse um novo “plano diretor” urbano sugere duas hipóteses: a primeira é a denúncia da falta de continuidade administrativa do poder local, que também poderia ser encarada como a ambição de cada intendente de deixar sua “marca” na paisagem urbana. A segunda, menos subjetiva, somente confirma as pretensões excessivas do primeiro projeto, realizado num período de desenvolvimento econômico e de crescimento urbano que possibilitou uma ampla valorização de terrenos periféricos da cidade, a partir das expectativas de implantação de infra-estruturas que foram geradas.

À modo de conclusão

Neste artigo apresentamos a forma como as idéias higiênicas dos países industrializados do mundo do final do século XIX chegaram e influenciaram uma cidade do extremo sul do Brasil, na distante periferia do desenvolvimento mundial. Tentamos demonstrar como na cidade de Pelotas, a elite dominante se colocou de acordo com os ditames mais avançados em termos de controle social no momento da industrialização da cidade. O higienismo na cidade de Pelotas cumpriu funções de garantir a transição da forma urbana em uma cidade que havia sido núcleo de uma economia escravista e agro-exportadora e se transformou em uma cidade capitalista e industrial, mesmo que esta transição pouco tenha alterado a estrutura de poder político local.

A presença de um corpo técnico preparado nos grandes centros do país e reconhecido internacionalmente na realização dos planos de saneamento da cidade e um discurso bem elaborado de justificativa das medidas higiênicas, indica que uma parcela importante de elite pelotense estava conectada no plano das idéias com os “centros da modernidade”, além da premente necessidade de dominar o “ambiente hostil” para expansão do tecido urbano.

Também podemos observar que apesar dos aparentes esforços para impor a ordem higiênica na cidade, muitas das obras e leis necessárias para o saneamento da mesma não foram realizadas ou cumpridas, incluso pelos representantes da elite dominante. O que nos leva a concluir que o saneamento da cidade se caracterizou mais por uma atitude das elites visando o controle das classes subalternas, que realmente um amplo e inovador processo caracterizado pelo consenso social. Esta foi, em nossa visão, uma das principais características da imposição da modernidade urbana na maior e mais importante cidade do sul do Rio Grande do Sul.

Referências Bibliográficas

- ABREU, M. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Jorge Zahar, 1987.
- ÁLVAREZ MORA, A. Problemas de investigación en historia urbanística. *Historia Urbana – Revista de Historia de las ideas y de las transformaciones urbanas*. Nº 1, 1991, p. 83-102.
- BELL, S. Early industrialization in the South Atlantic: political influences on the charqueadas of Rio Grande do Sul before 1860. *Journal of Historical Geography*, 19-4, 399-411, oct-dic, 1993.
- BRITO, F. S. de. Saneamento de Pelotas (1926-1928). *Obras Completas de Saturnino de Brito*, Volume XIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
- BRITO, F. S. de. Urbanismo – Traçado sanitário das cidades: estudos diversos (1916). *Obras Completas de Saturnino de Brito*, Volume XX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
- CAPEL, H. *Dibujar el mundo. Borges, la ciudad y la geografía del siglo XXI*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2001.
- CAPEL, H. y TATJER, M. Reforma social, servicios asistenciales e higienismo en la Barcelona de fines del siglo XIX (1876-1900). *Ciudad y Territorio*, 89, pp. 233-246, marzo 1991.
- CHOAY, F. *O Urbanismo: utopias e realidades. Uma antologia*. 3ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- GUTIERREZ, E. *Barro e Sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Porto Alegre: Tese (doutorado), Pós-graduação em História PUC-RS, 1999.
- HALL, P. *Ciudades del mañana (historia del urbanismo en el siglo XX)*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1996 (Colección Estrella Polar, dirección de Horacio Capel).
- LEFEBVRE, H. *Estructuralismo y política*. Buenos Aires: Pléyade, 1973.
- OSÓRIO, F. *A Cidade de Pelotas: corpo, coração e razão*. Pelotas Oficina Typográfica do Diário Popular, 1922.
- PESAVENTO, S. *História da Indústria Sul-Rio-Grandense*. Guaíba: Riocell, 1985.
- RONCAYOLO, M. *La ville et ses territoties*. Paris: Gallimard, 1990.
- ROSSI, A. *A arquitetura da cidade*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SOARES, P. R. R. La difusión del higienismo en Brasil y el saneamiento de la ciudad de Pelotas. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Nº 69, 1 de agosto de 2000. Número dedicado al II Coloquio Internacional de Geocrítica – Geografía e innovación (Actas del Coloquio), em <http://www.ub.es/geocrit/sn-69.htm>.
- SOJA, E. *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

Outras publicações consultadas:

- Almanach de Pelotas, 1927.
- Biblioteca Pública Pelotense. *Livro de actas da Câmara Municipal de Pelotas*. 1874-1879.
- Município de Pelotas. *Relatórios da Intendência*. Anos 1914-1930.
- Município de Pelotas. *Código de Construções e Reconstruções do Município*, 1915.
- Município de Pelotas. *Relatório da Directoria de Higiene*, 1916.
- Pelotas Memória, fascículo VII, 1991.

ABSTRACT: The article deals with the urban improvement plans and the hygienistic thought in the city of Pelotas, Brazil. We seek to describe the evolution of the hygienism in a society which realized the late transition from slavery to the capitalist and industrial economy. The changes that have been produced in the urban morphology are also outlined. Pelotas, in the early 19th century was a very important industrial center and was receiving the innovations of both economic progress and social modernity. We wanted to characterize the evolution of the hygienistic thought in the city, since the first initiatives with social impact, until the general plans of reform and urban improvement that have impacted both in the urban morphology and social space's organization. The paper explains that despite the hygienist discourse, many hygienic rules have not been executed in the city and concludes that its sanitation may be distinguished with a tool of the social order control as well as an innovative project.

Key-words: Hygienism – Urban morphology – Urban history – Urbanization – City of Pelotas (Brazil).